

Projeto: Apoio ao Brasil na Implantação da sua Agenda Nacional de Adaptação à Mudança do Clima – PROADAPTA

PN: 15.9060.3-001.00

Termo de Referência (TdR)

Consultoria em Mobilização – Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente do Estado de São Paulo (SIMA/SP) / Programa Municípios Paulistas Resilientes (MPR)

1. Introdução

Impactos da mudança do clima já são observados na atualidade. De acordo com o Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima (PNA), já se têm registro da intensificação e do aumento da frequência de eventos extremos no Brasil nos últimos anos. Em algumas regiões do país, precipitações violentas provocaram deslizamentos, enchentes e inundações. Em outras, períodos de seca extrema comprometeram o abastecimento de água, a produção agrícola e a geração de energia. Nas regiões costeiras, o aumento do nível do mar associado às tempestades e ventos fortes causaram danos às infraestruturas e prejuízos socioeconômicos em diversos municípios. Em resumo, os efeitos adversos da mudança do clima impactam os sistemas naturais, humanos, produtivos e de infraestrutura.

Paralelamente, além dos riscos climáticos, os municípios têm enfrentado as consequências do rápido processo de urbanização ocorrido no país nos últimos 50 anos. Com esse processo, novos desafios foram postos aos gestores públicos locais e tomadores de decisão como, por exemplo, conciliar o desenvolvimento e a expansão das cidades com a conservação ambiental para redução da vulnerabilidade e da exposição da população aos efeitos da mudança do clima.

Visando subsidiar os diferentes níveis de governo no acesso a metodologias e informações adequadas para a realização de análises de vulnerabilidade, a gestão do risco e a elaboração de medidas de adaptação, o governo federal desenvolveu o Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima (PNA, 2016), instrumento que visa a redução do risco climático do país e implementação da Agenda Nacional de Adaptação.

Nesse contexto, foi desenvolvido, no âmbito da Cooperação Técnica entre o Brasil e a Alemanha, o projeto “Apoio ao Brasil na implantação da sua Agenda Nacional de Adaptação à Mudança do Clima (ProAdapta)”, que visa contribuir para o aumento da resiliência climática do Brasil por meio da implementação efetiva da Agenda Nacional de Adaptação à Mudança do Clima. Deste modo, por um lado o Ministério do Meio Ambiente é fortalecido em sua função de coordenação. Por outro lado, nos setores, estados e municípios selecionados são desenvolvidas capacidades para que políticas públicas, métodos e instrumentos para a transversalização (mainstreaming) da adaptação à mudança do clima, bem como medidas replicáveis de adaptação, possam ser implementados. Paralelamente o projeto promove, por meio de medidas de sensibilização, a adaptação do setor privado e da sociedade civil à mudança do clima. Finalmente, as lições aprendidas do projeto são disseminadas tanto em nível nacional como internacional.

O projeto ProAdapta foi objeto de um Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e a República da Alemanha, que resultou em uma parceria entre o Ministério do Meio Ambiente do Brasil - (MMA) e o Ministério Federal do Meio Ambiente, Conservação da Natureza, Construção e Segurança Nuclear da Alemanha - (BMUB). A agência implementadora do projeto é a Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH.

No âmbito desta iniciativa, o ProAdapta visa fornecer apoio técnico aos parceiros selecionados, em temas relacionados aos objetivos listados acima, por meio de atividades, tais como: assessoria técnica, consultorias especializadas, estudos, realização/apoio/participação em eventos, capacitações, intercâmbio de experiências, comunicação e sensibilização, entre outros.

Em relação à sua abordagem junto aos Estados e Municípios, o ProAdapta possui como objetivo apoiar a consideração dos riscos climáticos nas políticas e estratégias locais e a implementação de medidas de adaptação inovadoras. Dentro deste escopo, as seguintes atividades poderão ser apoiadas pelo projeto, conforme a demanda:

1. Levantamento dos processos e procedimentos administrativos no setor público, relevantes para a adaptação, com vista para a necessidade de avaliações do risco climático;
2. Elaboração de análises de impacto e vulnerabilidade, de acordo com a demanda, como base para a identificação das necessidades de adaptação;
3. Realização de análises (econômicas) dos riscos (danos e prejuízos abruptos e gradativos) da mudança do clima, bem como do custo/benefício da adaptação;
4. Realização de análise dos pontos de entrada para a adaptação, p. ex. nas políticas, planos e programas de incentivos existentes; apoio à consideração dos riscos climáticos /medidas de adaptação nos respectivos processos; utilização de medidas de AbE.

5. Apoio à inserção da adaptação em planos, estratégias e políticas, conforme demanda e por meio de contribuições de especialistas;
6. Realização de medidas piloto de gestão de riscos climáticos nos processos de planejamento em nível estadual e municipal;
7. Articulação, apoio e sistematização de medidas de adaptação piloto inovadoras e replicáveis; e
8. Eventos para troca de experiências.

2. Contexto

Há vários anos, a comunidade científica internacional tem estudado as causas e os efeitos da mudança do clima no mundo. Os estudos, de forma geral, apontam para uma relação direta da elevação da temperatura média global com a emissão de gases de efeito estufa, a qual se acentuou na Era Pós-industrial. As alterações no clima provocam fenômenos adversos em todas as regiões do planeta, provocando agravamento dos eventos extremos como inundações, deslizamentos, secas e aumento da temperatura média.

O Quinto Relatório de Avaliação do IPCC (AR5 – Assessment Report), em sua Síntese para Tomadores de Decisão (IPCC, 2014), destaca que alterações em muitos eventos meteorológicos e climáticos extremos estão sendo observados desde 1950, como diminuição nos extremos de temperaturas frias, aumento nos extremos de temperaturas quentes, aumento nos níveis extremos do mar e aumento no número de eventos de precipitação intensas em várias regiões. Estes eventos extremos impactam diretamente a sociedade acarretando perdas humanas e financeiras (AMBRIZZI, et al, 2019). O AR5 salienta que o caráter e a severidade dos impactos das mudanças climáticas e dos eventos extremos não depende apenas dos riscos relacionados ao clima, mas também da exposição – que contempla as pessoas e os ativos em risco, e da vulnerabilidade dos sistemas humanos e naturais – que é definida como a propensão ou predisposição a ser afetado de forma adversa (susceptibilidade a danos). Interagindo com as condições de vulnerabilidade e exposição, os desastres são considerados alterações graves no funcionamento de uma comunidade ou sociedade devido a eventos físicos perigosos levando a efeitos adversos, e que requerem resposta imediata (IPCC, 2014).

Com mais de 96% da população total do estado de São Paulo vivendo hoje em áreas urbanas, construir cidades mais seguras é um desafio a ser alcançado a longo prazo. As cidades são os motores do crescimento econômico e polo de prestação de serviços e da dinâmica estadual, a partir de seus sistemas de governança e capacidades.

Consoante às diretrizes da Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (criada pelo Decreto Federal 8.892/16), e ao disposto no Decreto Estadual nº 64.148, de 19 de março de 2019, que reorganiza a Comissão Estadual para a implementação da Agenda 2030 e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (instituída pelo Decreto Estadual nº 63.792/2018), compete ao estado de São Paulo a construção de oportunidades de alinhamento entre os ODS aos programas e metas dos Planos Plurianuais estaduais. Cabe ressaltar, que um dos principais compromissos dessa agenda é “não deixar ninguém para trás”, caracterizando a necessidade de priorização do desenvolvimento de políticas públicas específicas para sanar os desafios das áreas mais vulneráveis.

Neste cenário, faz-se fundamental adquirir capacidades para aumentar a resiliência dos municípios bem como para fortalecer a governança no nível do Estado a fim de articular e coordenar as ações sobre os diversos setores que lidam com o tema interdisciplinar de resiliência à mudança do clima.

A aplicação de princípios de orientação da Campanha “Construindo Cidades Resilientes” do Estado de São Paulo e a utilização das informações disponibilizadas pelo Estado irão ajudar as cidades e os governos locais a compartilhar seu aprendizado, ter acesso à informação, desenvolver indicadores e medidas de desempenho para acompanhamento de seus processos.

A GIZ apoia as políticas e estratégias dos ministérios setoriais e de estados e municípios na consideração de riscos climáticos e na indução do desenho e implementação de medidas de adaptação inovadoras em nível local. Assim, SIMA-SP se tornou parceiro do ProAdapta e firmou-se, em Novembro de 2020, o [convênio para o desenvolvimento de projetos para aumento da resiliência do Estado de São Paulo](#) frente aos riscos advindos das alterações climáticas.

3. Objetivos

Objetivo Geral:

Apoiar no desenho, implementação e monitoramento das ações de mobilização do convênio SIMA/ProAdapta junto a mobilização dos municípios¹, selecionados do Programa Municípios Resilientes (PMR); Realizar contatos com parceiros e públicos-alvo e outros contatos necessários para a comunicação do projeto Municípios Paulistas Resilientes; Apoiar na

¹ Municípios selecionados: Gabriel Monteiro; Guaratinguetá; Americana; Francisco Morato; Jales; Ubatuba; Apiaí; Iguape; São José do Rio Preto; Rosana; Embu das Artes; Guarulhos; Registro.

organização de eventos; Outras tarefas, conforme demandadas, relacionadas direta ou indiretamente ao convênio Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente do estado de São Paulo (SIMA) e ProAdapta.

Objetivo Específico:

Esse termo de referência visa a contratação de consultoria para a realização de processo de assessoria de mobilização e engajamento, referente aos processos do convênio SIMA e ProAdapta e projeto Municípios Paulistas Resilientes. A consultoria será responsável por apoiar a comunicação com os municípios selecionados, do programa estadual “Municípios Paulistas Resilientes” (PMR), apoio no desenho, implementação, acompanhamento e supervisão nas ações de engajamento e mobilização do MPR e todos os produtos levantados para esse processo, apoiar na divulgação, no âmbito do governo estadual, entre parceiros e gestoras/es, técnicas/os e conselheiras/os municipais as ações e resultados do convênio (SIMA/ProAdapta).

As demandas levantadas nesse termo de referência devem facilitar o intermédio entre o projeto, a secretaria e os municípios selecionados para esse primeiro momento do programa, facilitando o repasse de atividades do convênio e do programa para os gestores e tomadores de decisão dos municípios, visando um entendimento claro e sucinto sobre informações e atividades que foram realizadas e como tais atividades interferem e melhoram a qualidade de vida dos paulistas.

4. Metodologia e Atividades Principais

Vão fazer parte desse processo as seguintes atividades transversais:

- Participar das reuniões de alinhamento da equipe
- Participar dos encontros da capacitação conceitual e da assessoria (municípios)
- Participar dos encontros da capacitação conceitual e da assessoria (regional), se pertinente
- Participar dos Webinários
- Deverá realizar reuniões presenciais e/ou on line de forma personalizada com municípios e ou a região, se necessárias, para reforçar a sensibilização e a mobilização ao longo do processo
- Articulação e alinhamento sobre os produtos de comunicação e o seu andamento, frequente com as equipes SIMA e da GIZ;
- Apoio no processo de definição de ações e produtos de engajamento e mobilização do PMR e dos passos que os municípios precisam dar para o pleno engajamento e entendimento do projeto;
- Apoio para redação de ofícios, matérias para sites, relatoria de eventos, gravações de entrevistas, vídeos, podcasts entre outras ações de comunicação;

- Organizar e participar de reuniões de alinhamento periódicas (e-mail/ telefone/ Skype/ MS Teams) com o contratante e seus parceiros para levantamento de demandas de suporte, levantamento de informações, atualização sobre os produtos elaborados e atualização do plano de trabalho.
- Elaboração de breves relatórios semanais sobre as atividades acompanhadas e próximos passos, através de discussões e reflexões contínuas.
- Atuar, em espírito de equipe, em conjunto com a equipe da SIMA e GIZ e consultorias contratadas pelo PMR;

5. Realização do trabalho

O trabalho será realizado em quatro pacotes:

- **Plano inicial de trabalho** - acordo com o contratante sobre o refinamento das demandas e ações do plano de mobilização , Supervisão do repasse de informações com os municípios, apoio ao processo de levantamento dos principais empecilhos para levantamento do plano de adaptação do município, acompanhamento das atividades do convênio.
- **Apresentação do plano de mobilização**– nesse momento deve ser feito o repasse da ideia inicial dos produtos e ações de mobilização pensadas para alcançar o objetivo desse Termo de Referência.
- **Relatórios semanais** - esses relatórios deverão informar: 1) os avanços dos trabalhos realizados, as atividades e intervenções feitas, 2) atualizações de agendas com as atividades previstas para as etapas seguintes, bem como previsão e ajustes para finalização do trabalho.
- **Relatório de Finalização do trabalho** - Relatório final incluindo todas as intervenções feitas e atividades realizadas pelo consultor no acompanhamento da elaboração da estratégia de comunicação e todas as peças de comunicação (vídeos, arte de diagramação, conteúdo digital).

6. Supervisão

A consultoria será guiada em seu trabalho pelos pontos focais da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente do estado de São Paulo (SIMA) e da Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH. A empresa ou instituição trabalhará em estreita colaboração com os atores envolvidos na elaboração dos produtos técnicos.

A GIZ será responsável pela contratação da empresa de consultoria. A validação do cronograma de trabalho e do relatório final da empresa /instituição para apresentação à GIZ será definida no âmbito da elaboração do plano de trabalho, e em conjunto com a SIMA.

A SIMA servirá de ponte para a interlocução com as demais secretarias para a obtenção de dados e informações necessárias para a realização do trabalho, e servirá como ponto focal da preparação e implementação do trabalho.

A empresa de consultoria continua sendo a única responsável por todos os serviços relacionados à sua missão e à entrega dos produtos.

O Português é a língua de trabalho.

7. Produtos e prazos

O contrato terá duração entre o período de 03/08/2021 a 20/01/2022 sendo previstos até 90 dias úteis de trabalho. O prazo de entrega do produto final está delimitado para o dia 15/12/2021. Qualquer alteração de produtos e prazos deverá ser acordada entre as partes.

Descrição do produto	N. de Diárias	Prazo de entrega	Formato
<p>Produto 1 – Apresentação do 1º draft de Plano de Mobilização do Projeto Municípios Paulistas Resilientes</p> <p>Cadastro único finalizado (vide anexo I ao TDR, pelo menos os itens 1 e 2 concluídos) e relatório descritivo das atividades realizadas em julho (reuniões, e eventos organizados, memórias de reuniões e eventos, traduções, elaboração de textos, intermédio com os municípios, entre outros)</p>	18	Até 25/08/21	<p>Plano de Mobilização: Máximo 6 páginas espaço 1, tamanho 12, times new roman. Relatório: Word e Pdf com compilado de todas as ações, comunicados e atividades desenvolvidas</p> <p>Anexo I deste TdR preenchido (itens 1 e 2)</p>
<p>Produto 2 – Pelo menos os itens 3 e 4 concluídos do Anexo I ao TdR,</p> <p>Plano de Mobilização Aprovado do Programa São Paulo Estado Resiliente aprovado por SIMA/GIZ e relatório descritivo das atividades realizadas em agosto (reuniões, e eventos organizados, memórias de reuniões e eventos, traduções, elaboração de textos, intermédio com os municípios, entre outros)</p>	15	Até 05/09/21	<p>idem</p> <p>Anexo I deste TdR preenchido / respondido, endereçado (itens 3 e 4)</p>
<p>Produto 3 – Relatório descritivo das atividades realizadas em setembro (reuniões, e eventos organizados, memórias de reuniões e eventos, traduções, elaboração de textos, intermédio com os municípios, entre outros)</p>	14	Até 05/10/21	<p>Relatório: Word e Pdf com compilado de todas as ações, comunicados e atividades desenvolvidas</p>

Produto 4 – Relatório descritivo das atividades realizadas em Outubro (reuniões, e eventos organizados, memórias de reuniões e eventos, traduções, elaboração de textos, intermédio com os municípios, entre outros)	10	Até 05/11/21	idem
Produto 5 –Relatório descritivo das atividades realizadas em Novembro (reuniões, e eventos organizados, memórias de reuniões e eventos, traduções, elaboração de textos, intermédio com os municípios, entre outros) e	33	Até 05/12/21	idem
Produto 6/ Final / Relatório final constando todas as intervenções feitas, interlocuções realizadas com os municípios, memórias de reuniões e descrição das atividades. e	90	15/12/21	
Total de Diárias	90		

8. Requisitos e qualificações

Para a execução das atividades definidas na etapa anterior, o presente TdR busca uma consultoria a ser conduzida por uma instituição ou por consultoria independente. O especialista da empresa de consultoria deve ter as seguintes características, capacidades e experiências:

- Formação em Comunicação Social, Marketing, de preferência com habilitação em Comunicação Organizacional, e/ou em temas ambientais com experiência comprovada em mobilização, engajamento e processos participativos;
- Mínimo de 5 anos de experiência em mobilização, engajamento, processos participativos em municípios no Estado de São Paulo;
- Experiência de trabalho profissional no planejamento e organização de eventos ou campanhas de comunicação;
- Experiência em articulação e mobilização de diferentes públicos e facilitação de reuniões
- Experiência em processo de atendimento de comunicação para o levantamento de demandas e o repasse de conhecimento para o público selecionado.
- Experiência na elaboração participativa de projetos, programas e/ou políticas públicas municipais na área ambiental;
- Experiência em processos participativos e coletivos em municípios do estado de São Paulo
- Domínio avançado da comunicação oral e escrita em português;

Diferenciais:

- Conhecimento de vulnerabilidades climáticas do Estado de São Paulo;
- Experiência e interlocução com o estado de São Paulo na área ambiental
- Conhecimento e experiência no uso da linguagem inclusiva e não sexista e / ou experiência em projetos com foco na questão de equidade de gênero (ODS 5)
- Experiência de atuação profissional na interface entre comunicação e mudança do clima e com municípios

A candidatura que não atender as qualificações obrigatórias acima será desclassificada, sendo necessário a apresentação do portfólio / CV do candidato previamente à contratação.

9. Apresentação dos produtos

Os produtos deverão ser apresentados com capa de identificação contendo as seguintes informações: nome do (a) consultor, título da consultoria, número do contrato, número e nome dos produtos.

10. Pagamento (Aprovação)

Os pagamentos serão efetuados após a assinatura do contrato, aprovação dos produtos e apresentação de Nota Fiscal e/ou Fatura.

O processo de revisão e aprovação técnica dos produtos inclui a avaliação do (a) assessor (a) técnica (a) da GIZ e SIMA. O pagamento dos produtos dependerá da qualidade técnica dos produtos, sendo exigida a correção ortográfica e gramatical na primeira versão entregue.

A aprovação final dos produtos e a autorização para pagamento estão a cargo do (a) AV/DV do projeto.

11. Considerações finais

Todas as informações e materiais produzidos a partir dos trabalhos objeto deste contrato terão os direitos autorais revertidos para a GIZ e SIMA. A reprodução total ou parcial requer expressa autorização, reconhecendo-se a propriedade intelectual. Serão dados os devidos créditos de autoria de mapas, fotos, filmes e demais registros que venham a ser usado para fornecer informações sobre o estudo, a critério da instituição contratante e das instituições parceiras acima elencadas

Para a publicação e produção de materiais bibliográficos na forma de artigos, trabalhos acadêmicos, para congressos e eventos científicos, entre outros, produzidos a partir de informações objeto da contratação pela consultoria e sua equipe técnica, deverá ser solicitada previamente autorização à GIZ e SIMA.

12. Código de conduta

A gestão interna da GIZ visa promover a equidade de oportunidade e de perspectivas, independente da identidade de gênero, orientação sexual, etnia, condição de saúde, origem social, religião ou idade. A diversidade de seu pessoal, assim como um ambiente corporativo regrado pelo respeito e apreço mútuos, representa para a GIZ um sinal de êxito e excelência em seu trabalho. A GIZ prioriza a indicação de mulheres, de LGBTI (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Travestis, Intersex), pessoas negras e indígenas, e pessoas com deficiência para palestras, representações, entrevistas e até mesmo vagas de emprego.

Assim, o (a) consultor (a) ou empresa selecionado (a) deverá respeitar a diversidade de gênero, orientação sexual, etnia, condição de saúde, classe social, religião e idade e assumir atitudes que, com efeito multiplicador, ajudará a promover a igualdade entre os diversos atores envolvidos na consultoria desse TdR, adotando as seguintes posturas:

- **Postura pessoal**
 - Escute e dê crédito a ideias de suas (eus) colegas de trabalho, independentemente de gênero, orientação sexual, etnia, condição de saúde, origem social, religião ou idade, mantenha a atenção para situações de vulnerabilidade, respeite sua oportunidade de fala e apoie as ideias de suas colegas de trabalho;
 - Fale sobre assuntos relacionados a gênero, escute e tenha empatia com quem é prejudicada (o) pelas desigualdades – em especial as mulheres, leia sobre o tema e incentive essa discussão nos espaços que circula, seja na empresa, organização, reuniões ou palestras;
 - Questione e combata o assédio sexual, seja um exemplo de respeito às mulheres e não se cale diante da denúncia ou testemunho a um assédio;
 - Questione a ideia de que existem atividades de homens e atividades de mulheres, evite atribuir certas atividades apenas a mulheres, simplesmente porque são tidas como “atividades femininas”;

- **Ao prestar o serviço**
 - Seja um exemplo de respeito aos direitos das mulheres, de LGBTI, das pessoas negras e indígenas, pessoas com deficiência e idosas (os) para suas (seus) colegas de trabalho. Evite piadas que degradem esses grupos;
 - Procure estar sempre informada (o) sobre as políticas de promoção da equidade de gênero em seu ambiente de trabalho, busque divulgá-las e respeitá-las. A implementação de estratégias de promoção de equidade de gênero visa uma transformação de cultura interna e pode impactar também externamente;

- **Orientações corporativas**
 - Apoie iniciativas de acesso e permanência de mulheres, de LGBTI, pessoas negras e indígenas, e pessoas com deficiência no campo do desenvolvimento

sustentável, que encontram inúmeros obstáculos para ocuparem espaços de decisão e poder em nossa sociedade.

Brasília, 15 de Julho de 2021.

Ana Carolina Câmara
Diretor
Apoio ao Brasil na Implantação da sua Agenda Nacional de Adaptação à
Mudança do Clima – PROADAPTA
Proteção e Gestão Sustentável das Florestas Tropicais
Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH

ANEXO I - Sugestão de Roteiro de Plano de Trabalho para *iniciar* os trabalhos de Engajamento e Mobilização dos municípios Seleccionados do PMPR

1) Unificar em um único cadastro as informações existentes e identificar as ausências

Nome do Município
Nome do Prefeito /a
Partido
Eleito /Reeleito
Telefone
Celular
E-mail
Nome do/a Vice
Partido
Telefone
Celular
E-mail
Nome do Interlocutor (01)
Telefone
E-mail
Cargo
Função
Secretaria/Departamento/Diretoria
É interlocutor ou suplente do PMVA?
Profissional de carreira/efetivo
Nome do Interlocutor (02)
Telefone
E-mail
Cargo
Função
Secretaria/Departamento/Diretoria
É interlocutor ou suplente do PMVA?
Profissional de carreira/efetivo

2) Presença/Frequência/Medir Engajamento inicial

- Reunir informações de frequência nos eventos já realizados pelo PMPR/município.
- Análise: Alguma equipe município não participou de nenhum evento e ou webinar? Dos que participaram, os nomeados participaram ou foram enviados outros técnicos/estagiários no lugar?

3) Infraestrutura/Capacidade Técnica/Engajamento

- Reunir informações sobre a infraestrutura do município / formulário aplicado.
- Análise: Todos os Municípios preencheram? S/N
- Quem falta preencher? Preparar contato com a intenção de buscar relacionamento e também as informações solicitadas no formulário.

A) Município que preencheu o formulário inicial:

- Quem foi o responsável pelo preenchimento? Foi um dos profissionais nomeados?

- Se não, buscar informações com o profissional nomeado.
- Se quem preencheu foi o profissional nomeado, ambos profissionais nomeados preencheram?
- Há informações divergentes? Qual? Buscar esclarecer durante contato telefônico

B) Situação geral do município a partir das respostas do formulário:

- Qual é a situação quanto ao conhecimento técnico (GIS/Plataforma/Planos) e a infraestrutura no município?
- Município possui infraestrutura e capacidade técnica para atender as atividades do projeto? Relacionar no cadastro e buscar mais informações quando o nomeado afirma que a infraestrutura e a capacidade técnica é de terceiros/outros setores, alheio ao que ele pertence.
- Verificar se de fato existe ou não um setor ou profissional da área de geoprocessamento. Se existe, qual seria o nome e os contatos dos profissionais da área de Geoinformação/GIS.
- Há disponibilidade e viabilidade de envolver este setor técnico na capacitação?
- Se o Município não possui infraestrutura, comunicar a coordenação do projeto e identificar as possibilidades junto a prefeitura e a SIMA para viabilizar a elaboração do plano pelo município piloto diante das condições existentes ou sinalizar não viabilidade.
- Checar se os nomes dos indicados/contatos registrados no formulário para participação das capacitações permanecem, estão corretos. Municípios que não preencheram, verificar a disponibilidade.

4) Percepções e relações dos nomeados:

- Como ele/a percebe os desafios do município no enfrentamento das mudanças climáticas? Existem projetos locais para enfrentamento destas questões?
- Qual é a relação e a proximidade do profissional nomeado com a agenda de MCR?
- O nomeado possui experiência prévia na elaboração de planos e programas?
- O/A nomeado/a possui experiência prévia na elaboração de diagnósticos ambientais?
- Qual a relação dele com o prefeito?
- Qual é a percepção do nomeado sobre a aderência do prefeito em relação a agenda de mudanças climáticas e resiliência?
- O/a profissional acredita que seria necessário uma ação mais efetiva da SIMA para convencimento do Gabinete para engajamento a esta agenda?
- Um evento de assinatura de compromisso do prefeito/a em relação ao projeto seria relevante para marcar a agenda na pauta de comunicação municipal/regional e espaço na plataforma de governo do prefeito/a?
- O/a Nomeado possui livre acesso ao prefeito? Possui capacidade de articulação institucional para obter outras informações necessárias ao longo do processo?
- Há facilidade para inserir pautas na imprensa municipal oficial?

- Como é a relação do nomeado contatado com o segundo nomeado?
- Já conversaram entre eles sobre o PMPR, a capacitação, os desafios do processo e as oportunidades do projeto para o município?

5) Ambiente institucional e aderência da agenda de MCR no município

- a. Como está o clima organizacional do município em meio a pandemia e como os funcionários tem atuado na resolução dos desafios de suas funções?
- b. Houve alguma discussão sobre esta agenda no novo PPA?
- c. Quais áreas e profissionais entende serem relevantes e deveriam ser envolvidos durante o processo de elaboração do plano? Anotar ou solicitar se possível, o contato/nome e e-mails/ telefones
- d. Dentre estes profissionais, quais outros profissionais além dos nomeados poderiam e deveriam participar das capacitações?
- e. O Município criou ou tem a disponibilidade de criar um comitê institucional / interno para auxiliar na elaboração do PMAR? O que entende ser necessário para fortalecer esta proposta?
- f. Existe alguma experiência recente no município na criação de comitês para a elaboração de planos/programas municipais/regionais? Quais pontos positivos que viabilizaram a proposta?
- g. O Conselho de meio ambiente do municípios está funcionando durante a pandemia? Como estão acontecendo as reuniões? Existe uma parceria do prefeito/a em relação a essa instância? Existem outros conselhos com atuação forte no município?
- h. Município possui alguma parceria ou proximidade com instituições acadêmicas?
- i. Município possui Plano de Mata Atlântica/ Plano de Mobilidade Urbana/ Programa de Educação Ambiental/ outro relacionado a política MC? Plano Diretor: Quando será a próxima revisão? Alguma diretriz específica no PDE sobre MC?

Checar domínio das Informações sobre o projeto pelos nomeados

- O profissional entendeu a proposta e os objetivos do projeto?
- Qual é a expectativa do/a nomeado/a sobre a sua participação e da participação de sua equipe no PMPR?
- j. Está ciente da carga horária da capacitação e como ela está dividida?
- k. O nomeado sabe que haverá uma assessoria em grupo além do encontro conceitual para a elaboração dos planos?
- l. Acredita que a elaboração do plano municipal/regional é viável considerando a dinâmica atual do município/região? Se não, quais seriam as sugestões de adequação?
- m. Que tipo de suporte de comunicação/informação/capacitação seria necessário para o desenvolvimento do plano até dezembro 2021?